

MOVIMENTO FEMINISTA: DILEMAS ENTRE AS LUTAS IDENTITÁRIAS E MACROSSOCIAIS

Ludson Rocha Martins

Mestrando em Serviço Social Pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Carmem Gomes Macedo

Mestranda em Serviço Social Pela Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O presente texto realiza uma abordagem sumária das dificuldades do Movimento e da Teoria Feminista contemporânea para compreender e participar das lutas progressistas macrossociais no capitalismo. Para analisar a referida problemática foram brevemente trabalhadas, por meio de uma investigação teórico-bibliográfica que mobilizou importantes referências críticas dessa área, algumas questões que envolvem a história do Movimento de Mulheres, bem como a compreensão da categoria gênero a ele conectada, o que nos fez enfatizar a guinada culturalista do feminismo no final do século XX. Após isso, procuramos identificar bases objetivas que permitam vincular a intervenção política das mulheres as questões progressistas de grande porte, tentando explicitar a necessidade de convergência entre o Movimento Feminista e os atores sociopolíticos tradicionais. Encerrando nossas reflexões salientamos as dificuldades e desafios ainda presentes nesse campo, ponderando a necessidade de maior investimento teórico para o enfrentamento dos seus desafios e questões.

Palavras chave: Feminismo; Movimentos sociais; Classes sociais.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva abordar, de maneira despretensiosa e sintética, alguns dos principais dilemas vivenciados pelo Movimento de Mulheres e pela teoria feminista na contemporaneidade.

Trata-se, no caso, de angariar subsídios para compreensão do seu distanciamento dos agentes políticos tradicionais, bem como das questões estruturais de corte econômico a partir de uma abordagem teórica focada na utilização de referenciais significativos e críticos presentes nesse terreno.

Cabe dizer que o problema aqui exposto emerge junto do desenvolvimento histórico da luta organizada das mulheres contra a dominação masculina, cujo direcionamento, sobretudo a partir dos anos 1980, culminou por enfatizar a especificidade das questões de gênero e sexualidade (FRASER, 2007: 297).

Nesse tempo o Movimento Feminista empreendeu o enfrentamento e a clarificação da lógica singular dos mecanismos sociais que engendram processos de subordinação das mulheres em diversas dimensões da vida coletiva, com base na valorização das identidades específicas dos seus agentes e da centralização das suas lutas na desconstrução de dispositivos microsociais de controle psico-simbólico e cultural (MARTINS, 1998: 136).

Entretanto, a afirmação dessas tendências, com toda sua indiscutível relevância, contribuiu para o afastamento desse movimento de outras forças sociais, especialmente as organizações políticas tradicionais, ligadas diretamente a luta de classes, como os partidos políticos operários e os sindicatos.

De fato, como assinala Scholz (2011: 3), a mobilização feminista tem se limitado cada vez mais a problemáticas locais, de cariz identitário, abrindo mão do jogo macropolítico, de forma que existe, até mesmo, a dificuldade de compreender a dimensão universal da dominação de gênero.

Enfrenar tal dilema, como assevera a referida estudiosa, é um ponto central para a potencialização da agenda feminista. As reflexões a frente desenvolvidas buscam colaborar (modestamente) com essa tarefa, procurando discriminar determinações que exponham a possibilidade e a necessidade da retomada, por parte dos movimentos de mulheres, das grandes arenas e discussões societárias.

A GUINADA CULTURAL DO MOVIMENTO E DA TEORIA FEMINISTA

A definição de movimento social é controversa e pouco clara, se reportando a mobilização duradoura de um conjunto de pessoas em torno de interesses comuns, que se

organizam politicamente em uma atividade reivindicatória e combativa contra alguma situação problemática, exigindo o reconhecimento, positividade e efetivação de direitos ou a superação de assimetrias de poder e esquemas de dominação por parte do Estado e da sociedade.

Trata-se, portanto, de uma ideia que diz respeito a “[...] organizações com relativo grau de estabilidade e formalidade, centradas na ação coletiva de sujeitos portadores de uma identidade/necessidade/reivindicação e pertencimento de classe [...]” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2010, p. 110).

Nesse campo, os movimentos engajados na luta contra a sujeição das mulheres se singularizam pelo enfrentamento da dominação masculina, responsável por inúmeras explorações e opressões vivenciadas por seus agentes.

Sua base objetiva está contida no complexo de coerções presentes nos processos de genderização¹ e sexualidade, modulados e estruturados pelas clivagens de classe e pela organização geral da produção e reprodução da vida social (KERGOAT, 2003: 60; SAFFIOTI, 1992: 197).

Tais mecanismos são responsáveis por dinâmicas de subordinação, calcadas em dispositivos e linguagens que inscrevem – objetiva e subjetivamente – como verdadeiros e indispensáveis certos parâmetros do masculino e do feminino nas instituições, papéis e práticas sociais (SOUZA GAMA, 2011: 110).

As mulheres desde o final do século XVIII tem se organizado na vida pública, construindo estratégias de luta/resistência contra as condições geradas por tais processos, que difundem por todo o corpo coletivo coordenadas de ação e percepção que as inferiorizam.

O seu recurso, para isso, tem sido o feminismo que – como uma postura ética, teórica e prática, com potencial emancipatório – nasce desses vetores, propiciando o enfrentamento e o questionamento sistemático do patriarcado, com a análise e exposição das relações sexuadas de força e poder presentes nos papéis sociais, no Estado, na família, nos meios de comunicação, nas relações de trabalho e etc..

Como esclarecem Cisne & Gurgel (2008: 71) a trajetória de tal sujeito social tem se desenhado a partir de grandes tensões e disputas internas, colocadas pelo embate de múltiplas visões teórico-metodológicas, por diversas táticas políticas e por uma extensa gama de atores oriundos de diferentes seguimentos sociais, étnicos e geracionais, o que plasma o feminismo como uma elaboração histórica onde as mulheres se apresentam como agentes (mutáveis e

¹ Neologismo que provém de gendrado, termo cujo significado, de acordo com Lauretis (1994: 206), representa tudo o que é marcado, caracterizado e atravessado pelo gênero e suas relações.

variados) que enfrentam os seus dilemas coletivos mais tênues e profundos.

A análise desse movimento social têm ressaltado que sua “Primeira Onda” ganhou maior nitidez e força no último quartel do século XIX, com o amadurecimento e organização de lutas que reivindicavam a igualdade entre homens e mulheres no âmbito dos direitos civis e políticos, no contexto da afirmação da democracia liberal burguesa (PINTO, 2003: 60; MATTOS, 2010: 68; MORAES, 2007: 133).

Apesar da radicalidade da atuação de inúmeras mulheres anarquistas e marxistas, esse período se caracterizou por um feminismo restrito, “bem comportado”, limitado em suas pautas e requisições, ficando preso, em muitas ocasiões, a busca pela plena aquisição da cidadania política, mesmo com todo o seu formalismo abstrato.

Foi, de fato, apenas a partir da década de 1960, já no século XX, com a “Segunda Onda”, que o feminismo, nas suas variadas correntes e extrações, se voltou à construção de um debate minucioso e profundo, tendo como objeto de análise as especificidades culturais, psíquicas e econômicas da sujeição da mulher. Esse desenvolvimento ideoteórico foi igualmente acompanhado por novos tipos e estratégias de intervenção política, articuladas e operacionalizadas em uma quantidade inédita de espaços e arenas sociais, tais como sindicatos, partidos proletários, associações civis, a academia, as mídias de massa, empresas e etc..

Os movimentos de mulheres, trabalharam nesse período para gerar modificações no imaginário social a partir da expansão do terreno das lutas progressistas para campos e questões como a heteronormatividade; o paternalismo contido nas políticas públicas; as funções e características dos modelos tradicionais de conduta feminina, naquilo que se conhece como a politização do “pessoal”.

Esse novo quadro histórico do movimento foi moldado pelo intenso desenvolvimento capitalista do Segundo Pós-Guerra, que impactou, sobretudo, os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

Assim, o substrato fático sob o qual o feminismo de “Segunda Onda” se ergueu está ligado a segunda revolução tecnológica (com seus materiais e ramos produtivos); aos novos parâmetros de intervenção econômica estatal, dados pelo receituário keynesiano; pela monopolização do aparato produtivo por grandes empresas; pela expansão do bloco socialista soviético no plano internacional; bem como pela difusão relativa de direitos e garantidas cívicas e sociais nos Estados burgueses (por meio do *Welfare State*) - uma das expressões do pacto tácito entre as classes fundamentais dessas sociedades, focado na manutenção do capitalismo e na expansão da solidariedade social em âmbito nacional (PAULO NETTO,

2007: 27; ANTUNES, 2009a: 31).

Essas condições permitiram (e exigiram) que o feminismo galgasse um patamar mais elevado, capaz de fazer frente a mecanismos inauditos de dominação e exploração das mulheres. Todavia, o que queremos frisar é que também foi essa a conjuntura fundamental que iniciou o obscurecimento das conexões entre tais lutas e os demais enfrentamentos das classes e grupos subalternos.

Ou seja, o capitalismo nesse tempo histórico desenvolveu um ambiente social com parâmetros e estruturas que, ao mesmo tempo, instavam e estrangulavam a mobilização política dos setores sociais subordinados. Elementos econômicos e sociopolíticos como a uniformização da produção social, a indústria cultural, a complexificação da classe trabalhadora, a industrialização dos países periféricos, o surgimento dos novos movimentos sociais, a guinada autoritária do socialismo real, a crescente racionalização e tecnificação da vida cotidiana, abriram espaço, tanto para o conformismo, quanto para o acirramento das lutas coletivas (o que pode ser percebido a partir dos embates pela descolonização na África e na Ásia, pela mobilização contra o racismo nos Estados Unidos e, obviamente, pelos eventos de maio de 1968 e seus desdobramentos contraditórios).

Nessas condições estavam dados os requisitos para a consolidação de enfrentamentos sociais específicos focados em questões identitárias, ou em dominações e demandas singulares, seja pela maior complexidade e permeabilidade da esfera pública (que tornou possível a explicitação desses dilemas), seja pelo acirramento dessas coerções, elevadas a patamares até então desconhecidos. Estavam postas, na mesma medida, as dinâmicas necessárias ao sufocamento das lutas da classe trabalhadora, efetivada pelo início da longa crise que atingiria o capital nos anos 1970 e pela “anexação” contínua dos mais variados âmbitos da vida social a lógica instrumental-mercantil.

Daí a dificuldade dos movimentos sociais específicos e identitários para perceber as articulações das suas demandas com os processos sociais mais amplos, bem como o fato dos movimentos tradicionais serem, muitas vezes, um palco e não um instrumento de luta contra as suas coerções particulares, isto é, incapazes de observar a importância das lutas singulares as organizações progressistas tradicionais se transformara em vetores de difusão dessas opressões, reproduzindo o sexismo, o racismo, práticas xenófobas e etc. (o que só alimentou a hostilidade e o afastamento dos movimentos identitários).

Ou seja, foi a sociabilidade capitalista, através da sua peculiar apropriação da prática social (BHIR, 1998: 69) – do qual deriva a fragmentação das classes, a cooptação estatal dos movimentos sociais, o colaboracionismo e adesismo dos grupos populares e etc. –, que

implementou os germes das tendências culturalistas que, posteriormente, tanto contribuíram para o arrefecimento da mobilização e do pensamento classista das mulheres e de outros atores sociais.

Importante dizer, que apesar disso, o feminismo de “Segunda Onda”, partindo do *ethos* ideocultural do *Welfare State* e da influência do pensamento marxista/socialista, estava ainda comprometido com as lutas no campo econômico focadas na promoção da igualdade, vista, ao mesmo tempo, como um instrumento para potenciar a atividade política que se voltava contra a dominação masculina, e como uma forma de luta mais ampla, destinada a impactar e transformar extensos espaços da vida social.

Todavia, entre o final dos anos 1980 e início do século XXI, como resultado do aprofundamento das intensas dinâmicas ora listadas, que desaguaram em transformações ideológicas, sociais e econômicas profundas, tais como a ascensão do neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o fim do socialismo real, a descoberta de novas facetas simbólicas da dominação masculina, o imbricamento do Movimento de Mulheres com o Estado e etc., surge o chamado Feminismo de “Terceira Onda”.

Este se caracteriza pela concentração radical da luta contra opressão da mulher em uma agenda conhecida como política de identidades (movimento que já havia se iniciado com a “Segunda Onda”); pela permeabilidade da teoria feminista ao pensamento pós-moderno² – ditada pela disseminação e influência das descobertas de Foucault –, pela institucionalização crescente do Movimento Feminista a partir do contato de seus atores com o aparelho de Estado e com as Organizações Não Governamentais (ONG’s) – a famosa “onguização” das organizações de mulheres (CISNE & GURGEL, 2008: 76) –, bem como o afastamento do discurso e da ação feminista do campo econômico – em especial aquele que se refere a luta de classes.

Fraser³ (2007: 198), apesar do direcionamento do seu pensamento, que também possui

² Conforme Wood (1999: 12) e Eagleton (1999: 23) o pensamento pós-moderno consiste numa miríade de tendências intelectuais, políticas e artísticas, das mais diversas tonalidades ideológicas que defendem a existência de uma ruptura societária na segunda metade do século XX, que se caracterizaria pelo esgotamento da modernidade ocidental. Tal fenômeno seria baseado na crise da razão newtoniana (a ideia de relatividade e insuficiência do conhecimento lógico-dedutivo), bem como o abandono das metanarrativas sociopolíticas - cuja expressão máxima é a recusa da totalidade, apreendida como totalitária - na relativização da percepção humana sobre o tempo e o espaço, em virtude de sua compressão; na afirmação do identitário, do discursivo e do simbólico como elementos nodais de explicação da vida social (em detrimento dos fatores econômicos) e no abandono das grandes utopias de transformação social (sobretudo as igualitárias), em troca da ênfase em lutas sociais locais e específicas.

³ Talvez uma forma de compreender a grande capacidade de diagnóstico de Fraser (2007: 209) – potencial que não se reproduz nas suas propostas sociopolíticas, limitadas ao “multiculturalismo do sul-global” – seria ficarmos atentos a algumas de suas referências teóricas como Habermas e John Rawls, pensadores que ainda cultivam uma meta-visão da realidade social (donde a ênfase dessa autora nas chamadas teorias da justiça).

um corte pós-moderno e culturalista, detectou brilhantemente as consequências da nova orientação assumida pelo feminismo.

Segundo ela:

A tendência foi subordinar lutas sociais às lutas culturais, a política de redistribuição à política do reconhecimento. Essa não foi, com certeza, a intenção original. Os proponentes da virada cultural pressupunham, ao contrário, que a política feminista de identidade e diferença criaria uma sinergia com as lutas pela igualdade social. Mas tal pressuposição virou uma presa para o *Zeitgeist* da época. No contexto do *fin-desiècle*, a virada em direção ao reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social. O resultado foi uma trágica ironia histórica.
[...] A mudança para uma política culturalizada de reconhecimento ocorreu precisamente no período em que o neoliberalismo estava encenando a sua afirmação espetacular. Durante esse período, a teoria acadêmica feminista estava preocupada com debates sobre “diferença”. Colocando frente a frente “essencialistas” e “não-essencialistas”, essas disputas serviram de forma útil para revelar as premissas de exclusão das teorias anteriores, e acabaram por abrir os estudos de gênero para muitas novas vozes. Porém, mesmo nos seus melhores momentos, as teorias tenderam a permanecer no terreno do reconhecimento, onde a subordinação era construída como um problema cultural e dissociado da economia política (FRASER, 2007, p. 197)

Como pontua Fraser (2007: 198-199) esse distanciamento do feminismo das lutas econômicas representou, em muitos casos, a cooptação do movimento pela ordem neoliberal. Ao tratar da questão de gênero como um problema exclusivamente simbólico, o feminismo contribuiu para que fossem encobertas facetas de importantes questões que afetavam as mulheres e diziam respeito ao enfraquecimento político da classe trabalhadora e ao desmanche do Estado Social (dado pela precarização do trabalho, pelos cortes orçamentários que atingiam as políticas públicas, a expansão e fortalecimento do individualismo burguês, entre outros fatores).

Como se percebe esse infeliz casamento entre culturalismo e neoliberalismo tem o potencial de comprometer a própria eficácia da luta feminista (afinal, como enfrentar a dominação masculina em um ambiente social conservador, regressivo e avesso a intervenção do Estado?), além de favorecer o “clima” social hostil e refratário a luta e ao pensamento progressista.

FEMINISMO, GÊNERO E CLASSE: APROXIMANDO MUNDOS “DIFERENTES”

Diante dos argumentos anteriormente expostos fica nítido que a teoria feminista necessita se voltar para o enfrentamento e a problematização das questões de grande porte, principalmente aquelas que se referem a macropolítica e ao mundo econômico, indo além das lutas culturais e identitárias.

Todavia isso pressupõe encontrar vínculos e mediações entre as realidades macroestruturais e a problemática de gênero. Dito de outra forma: o grande ponto de discussão reside em como preservar e compreender a especificidade dos processos de dominação masculina e de (des) construção das identidades gendradas sem perder de vista a realidade na qual elas se inserem (isto é, as lutas de classes).

Essas conexões, entretanto, não são simples pela própria natureza dos objetos em análise. Como demonstrou Žižek (2008: 471) a lógica da luta contra o sexismo é, de certa forma, antitética à dinâmica da luta contra a exploração do trabalho. Noutras palavras: existe uma distinção elementar entre as essas mobilizações progressistas e a luta de classes:

[...] no primeiro caso o objetivo é traduzir um antagonismo em diferença (coexistência “pacífica” de sexos, religiões, grupos étnicos), enquanto o alvo da luta de classes é exatamente o oposto: “agravar” as diferenças entre as classes e transformá-las em antagonismos de classe. A intenção da subtração é reduzir a estrutura geral complexa à sua diferença “antagônica” mínima. Assim, o que o binômio sexo-idade esconde é a lógica diferente do espaço político no caso das classes: enquanto a luta feminista é guiada pelo esforço para obter o reconhecimento total do outro, a luta de classes visa superar e subjugar, e até aniquilar, o outro – ainda que não signifique a aniquilação física direta, a luta de classes visa a aniquilação da função e do papel sociopolítico do outro. Em outras palavras, embora seja lógico dizer que o anti-sexismo quer que todos os gêneros possam afirmar e promover livremente suas aspirações culturais, políticas e econômicas, é óbvio que não faz sentido dizer que a marca da luta da classe proletária seja permitir que a burguesia afirme por completo sua identidade e suas aspirações..., no primeiro caso temos a lógica horizontal do reconhecimento de identidades diferentes; no outro, a lógica da luta contra um adversário (ŽIŽEK, 2008, p. 471-472).

O problema que então se coloca é o seguinte; quais os vínculos entre a dominação de gênero e a exploração capitalista do trabalho? Ou melhor, quais as ligações possíveis entre os movimentos de mulheres e os representantes tradicionais da classe trabalhadora? Existe a necessidade de confluência entre essas lutas?

Um ponto importante seria evitar vinculações fáceis e unilaterais entre estas questões, procurando demonstrar a existência de laços genéticos entre elas⁴. Ao invés disso, cabe notar, como mostram Robert Kurz (1994: 9) e Roswitha Scholz (2011: 17), que o capitalismo, enquanto sistema social, reorganiza todos os esquemas de dominação e subordinação de gênero, imputando-lhes uma conformação particular.

Há que se aduzir também que o próprio capital, como relação social fundamental do

⁴ Interessante apreender as considerações de Antunes (2009b: 110) sobre tal questão, visto que, para ele, a dominação masculina é uma problemática específica, com determinantes próprios, que surgiu antes do modo de produção capitalista e poderia, inclusive, subsistir após a sua superação, vejamos as suas conclusões sobre tal assertiva: “[...] a luta das mulheres por sua emancipação é também - e decisivamente - uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital; será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero” (ANTUNES, 2009b, p. 110 - itálicos do autor).

mundo contemporâneo, não se constitui como uma categoria neutra.

Nesta pista Kurz (1994: 8) observa que a reprodução de tais relações é também uma das principais formas de produção e difusão dos fundamentos da dominação androcêntrica na sociedade. Logo, não é por acaso que o padrão de sexualidade hegemônico – homens e mulheres brancos heterossexuais – seja sempre acompanhado do adjetivo burguês (ou pequeno-burguês).

Isso ocorre porque a transversalidade da produção capitalista atinge todas as expressões da vida coletiva, consolidando nas estruturas ideológicas que regem a sociedade das mercadorias (elas próprias reproduzidas e incorporadas pelos sujeitos) os padrões básicos da dominação masculina.

Isto é,

Em semelhante historicização "auto-referencial" também não pode permanecer oculto que a dicotomia sujeito-objeto (constituída pelo fetiche) de um determinado estágio evolutivo refere-se a uma *ocupação em termos sexuais*. Se nas sociedades não-europeias (e também nas sociedades agrárias da antiguidade europeia) a estrutura sexual da relação sujeito-objeto ainda é difusa, nos surtos desiguais de desenvolvimento da sociedade de mercadorias ocidental ela é elaborada desde a antiguidade grega com crescente nitidez [...] Na constituição ocidental do fetiche presente na forma-mercadoria, o sexo masculino desempenhou o papel histórico de sujeito, ao passo que os momentos da sensibilidade que não se resolviam na forma-mercadoria (criação dos filhos, dádiva emocional, atividade doméstica, etc.) foram cada vez mais delegados à mulher como "ser doméstico". A mulher em si é portanto degradada a objeto de maneira estrutural pelo homem em si. [Nesses termos] [...] a definição do sujeito, só plenamente revelada na sociedade mercantil ocidental, seria a seguinte: *Um sujeito é um ator determinado estruturalmente pelo sexo masculino*. A partir das definições avançadas até agora, é possível reformular a própria noção de dominação. A ausência de sujeito da dominação é a ausência de sujeito da forma do sujeito, que constitui uma relação de ação e percepção objetivada e compulsória. [...] Podemos então formular uma definição de sujeito mais eficaz: *um sujeito é um ator que se torna mundo externo para si mesmo e assim objetiva a si próprio* [...] A categoria dominação recobra desse modo a sua dimensão crítica.

Em suas elaboradas configurações, as teorias da dominação, entre elas também o marxismo e o feminismo, há muito descreveram *em termos fenomenológicos* os diversos planos e as formas fenomênicas da dominação e tentaram captá-las em seu contexto, sem no entanto poder avançar na construção de uma categoria que represente tais manifestações. Se as antigas teorias subjetivas da dominação permaneciam aferradas a uma brusca separação dicotômica entre "dominantes" e "dominados", sendo que, do ponto de vista dos "dominados" (povo, classe trabalhadora, nações oprimidas, mulheres, etc.), a "dominação" parecia como algo externo e palpável, os projetos mais recentes e elaborados levam em conta o fato de que os próprios "dominados" contribuem para a dominação, exercendo até funções de dominação para consigo próprios (KURZ, 1994, p.10 - itálicos do autor).

Essa interpretação desloca o campo das discussões de gênero diretamente para as grandes estruturas de produção e reprodução social. Ou seja, a dominação masculina não é uma dinâmica fundamentalmente teleológica (ainda que comporte a intencionalidade dos atores que com ela se beneficiam), mas uma diretiva que conduz os rumos da própria sociabilidade moderna, onde mesmo as feminilidades dominantes ocupam um lugar inferior e

subordinado frente as masculinidades. A questão, portanto, é que o cerne da dominação não se encontra nas motivações dos sujeitos, mas nas forças sociais (que determinam o comportamento dos atores explorados, que introjetam os valores implicados na sua subordinação).

Tais ideias se assentam, fundamentalmente, nas noções de dissociação e valor, diretamente inspiradas no pensamento de Marx e consideradas pelos estudiosos em tela como os dois polos essenciais das interações humanas no modo de produção capitalista (SCHOLZ, 2011: 28).

Nessa acepção o valor é o signo de uma relação social fetichista, onde, num mercado de produtores anônimos, os membros do corpo social não são capazes de utilizar seus recursos de forma otimizada, isto é, para a conveniente reprodução da sua vida (SCHOLZ, 2011: 15). Assim os diversos sujeitos produzem mercadorias a partir de estruturas coletivas alienantes, sendo que tais produtos só ganham um traço social quando trocados e mediados pela lógica do trabalho abstrato.

A relação social arranjada por esta forma põe de pernas para o ar o relacionamento entre as pessoas e os produtos materiais: os membros da sociedade, sendo pessoas, aparecem como sociais, como simples produtores privados e indivíduos sem relações; o relacionamento social, pelo contrário, apresenta-se como relação de objetos, de coisas mortas, postas em relação entre si na base da quantidade abstrata de valor que representam. As pessoas são objetivadas e as coisas quase que personificadas. Cria-se uma alienação recíproca dos membros da sociedade, que não utilizam os seus recursos de acordo com decisões comuns conscientes, mas submetem-se a uma relação cega entre coisas mortas – os seus próprios produtos – comandada pela forma dinheiro (SCHOLZ, 2011, p. 13).

Conexa à mediação do “valor” existem as atividades dissociadas que representam o reverso do trabalho abstrato, sendo marcadas por uma dimensão político-econômica, uma dimensão cultural-simbólica e uma dimensão psicossocial.

As práticas dissociadas, de acordo com Scholz (2011, p. 17), estão inseridas no âmbito do afeto, da assistência, dos cuidados, do erotismo, da sexualidade e do "amor", são as emoções e posturas contrapostas à racionalidade empresarial, conformadas como um eixo universal-necessário a produção e reprodução da vida social, fator imprescindível para a continuidade do capitalismo e da dominação masculina.

A dissociação é o valor e o valor é a dissociação. Cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele. Tratam-se, ambos, dos momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária, que devem ser compreendidos no mesmo alto nível de abstração. O que não pode ser compreendido no valor, é, portanto, por ele dissociado [...].

Outra maneira de enfrentar os problemas aqui levantados se encontra, com alguns

matizes, nas ideias de autores como Thompson (1987a: 79; 1987b: 179-224; 1979: 32-63), Hobsbawm (2012: 114-125; 1999: 282-313), e mais recentemente Žižek (2008: 468-476) e Mészáros (2011: 267-309).

Hobsbawm (2012: 118; 1999: 307), afirma que não se pode estabelecer uma relação automática e de causa/efeito entre gênero, economia e classe⁵. Contudo, isso não significa que não exista interação entre essas instâncias. A própria gênese do Movimento Feminista, para ele, só pode ser explicada devido à formação da esfera pública no capitalismo e aos processos de assalariamento e aburguesamento das mulheres de classe média.

Ou seja, foi à concentração dos determinantes sociais nas relações produtivas e de consumo calcadas na exploração do trabalho, que possibilitou a emergência e a explicitação de contradições antes ausentes do mundo político como os problemas de raça e identidade nacional (HOBSBAWN, 2012: 120; 1999: 289).

Isso ocorre porque o modo de produção capitalista, ao instaurar no espaço político uma forte tensão entre a liberdade civil nos planos fático e abstrato, permitiu que grupos sociais então invisíveis pudessem reivindicar o *status* formal de cidadãos, desde que se integrassem a lógica da criação de valor, fato que colocou as condições objetivas necessárias ao desenvolvimento dessas forças sociais.

Hobsbawm (2012: 122; 1999: 305) mostra, ainda, que a questão de gênero e a mobilização feminista contemporânea se estruturou a partir dos elementos típicos do capitalismo do Segundo Pós-Guerra, como o novo *ethos* individualista burguês (que estabelece a sexualidade como domínio particular fundado na busca pelo prazer), a incorporação generalizada das mulheres no mundo produtivo (que se baseia nas demandas por mão de obra barata e com baixa tradição sindical), a expansão do ensino médio e superior e, claro, as transformações tecnológicas – que propiciaram, por exemplo, o surgimento dos modernos métodos contraceptivos, separando a sexualidade feminina e reprodução.

Em uma perspectiva similar Thompson (1987a: 80) (outro grande historiador britânico) forneceu nos anos 1980 (dentro de seu projeto mais amplo estruturado em a “Formação da classe operária inglesa”), instrumentos para uma fecunda reinterpretação da história das mulheres.

Propunha-se, em sua perspectiva, a construção da história das relações sociais “por baixo”, isto é, a partir do ponto de vista das classes subalternas – enfatizando (a luz da

⁵ O exemplo máximo disso seria o caso da entrada das mulheres soviéticas no mercado de trabalho, que, destarte as possibilidades libertárias do ambiente coletivo (principalmente nos primeiros anos da Revolução) se mantiveram presas a inúmeras opressões tradicionais (HOBSBAWN, 1999: 306-307).

produção material) a dimensão política dessas relações. A resultante de tal orientação foi uma abordagem de corte marxista capaz de lidar com os múltiplos vetores dos processos de dominação, subordinação e exploração, evitando dicotomias e maniqueísmos, registrando, ao mesmo, tempo, as opressões e resistências dos sujeitos sociais.

Tal estratégia desenhou os contornos de uma nova narrativa acerca da história das mulheres, resgatando a atividade e a voz desses agentes. O desvendamento das estruturas políticas subjacentes às relações de classe, permitiu a descoberta de importantes singularidades afeitas aos dispositivos de dominação presentes no trabalho feminino (como sua subordinação ao trabalho masculino do ponto de vista espacial e do conhecimento, por exemplo), bem como o papel histórico das mulheres no processo de formação da civilização ocidental moderna – do trânsito da ordem feudal, para o ordenamento burguês, de uma cultura campestre para hegemonia de um *ethos* coletivo industrial e urbano (THOMPSON, 1979: 45; 1987b: 201).

Mais recentemente, Žižek (2008: 471) tem procurado delimitar o campo de relações entre a mobilização feminista e a luta de classes. Para ele não se pode confundir a especificidade da questão de gênero (como fazem os investigadores pós-estruturalistas) com a falta de necessidade de formulações teóricas e alianças políticas gerais para potencialização da ação coletiva.

Assim, conforme o autor:

[...] existe um antagonismo (“luta de classes”) que sobredetermina todos os outros e, como tal, é o universal concreto do campo todo. O termo sobredeterminar é usado aqui em um sentido estrito: não significa que a “luta de classes” seja o referente principal e o horizonte último de significado de todas as outras lutas; significa que a luta de classes é o princípio estruturador que nos permite explicar a própria pluralidade “inconsistente” dos modos como os outros antagonismos podem se articular em “encadeamentos de equivalências”. A luta feminista, por exemplo, pode ser articulada num encadeamento com a luta progressista pela emancipação ou pode servir (e de fato serve) de ferramenta ideológica usada pela classe média alta para afirmar sua superioridade sobre as classes inferiores “patriarcais e intolerantes”. E a questão aqui não é apenas que a luta feminista possa ser articulada de várias formas com o antagonismo de classes, mas que o antagonismo de classes, por assim dizer, inscreve-se duplamente aqui: é a constelação específica da própria luta de classes que explica por que a luta feminista foi apropriada pelas classes superiores (o mesmo acontece com o racismo: é a própria dinâmica da luta de classes que explica por que o racismo declarado é forte entre os trabalhadores brancos de classe baixa). Aqui a luta de classes é o “universal concreto” no sentido hegeliano estrito: ao relacionar-se com a sua alteridade (outros antagonismos), ela se relaciona consigo mesma, ou seja, (sobre) determina a maneira como se relaciona com as outras lutas (ŽIŽEK, 2008, p. 471-472).

Fica claro, assim, que a questão de gênero não pode ser explicada, e seus dilemas não podem ser enfrentados, em si e por si mesmos. Nas estruturas societárias classistas esse problema se relaciona reflexivamente com outros processos que o condicionam e conformam.

O elemento explicativo unificador dessa cadeia causal é a estrutura social antagônica. Por isso as relações de gênero, mesmo sendo específicas e singulares, carregam consigo um núcleo de significado que não pode ser desvendado por sua própria dinâmica e natureza, mas apenas pela sua relação dialética com o conflito de classe (por exemplo: a pobreza feminina não pode ser clarificada apenas pela análise da divisão sexual do trabalho, o seu esclarecimento também precisa considerar os mecanismos perversos de exploração laborativa no quadro capitalista, bem como a particularidade da interação entre essas duas ordens de elementos).

Tais considerações de Žižek (2008: 469) explicitam as necessidades de confluência e organicidade das reivindicações populares específicas entre si (como o feminismo por exemplo) e com a mobilização da classe trabalhadora como um todo. O avesso disso, de acordo com o autor, correria sérios riscos de ser refuncionalizado pelo modo de produção capitalista, ganhando contornos até mesmo reacionários.

Já Mészáros (2011: 272), em uma linha crítica ainda mais incisiva, deixa claro que a realização completa dos ideais de igualdade vinculados ao feminismo jamais serão alcançados dentro da ordem capitalista.

Para tanto esse estudioso faz uso de um argumento ao mesmo tempo simples e contundente: os parâmetros que tem guiado a luta das mulheres contra dominação masculina estão contidos, atualmente, nos mecanismos de liberdade burguesa e, por isso, estão encerrados nos limites atinentes a essas estruturas.

Como ele próprio diz, os processos que regulam as relações de gênero:

[...] estão emaranhados em toda uma rede de relacionamentos dialéticos. Inevitavelmente, sua expressão em formas historicamente específicas e institucionalmente reforçadas de intercâmbio humano são profundamente afetadas pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social – e, por sua vez, também afetam profundamente a articulação ininterrupta de todo o processo sociometabólico. Portanto, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “macrocosmo” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores “microestruturas” ou “microcosmos” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de “família”. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 267-268).

Tais indicações delineiam claramente a intercessão entre as questões micro e

macrossociais na ordem do capital, bem como limite dos enfrentamentos coletivos particulares nesse contexto. A luta feminista, como um instrumento político acionado nessa sociedade, é diretamente afetada por esses vetores, por isso, seja no campo identitário ou fora dele, as suas conquistas nunca se realizarão plenamente, dado que estão referenciadas em bases abstratas, forjadas por uma sociedade estruturalmente desigual, fundada na exploração econômica.

Esse fato explica o porquê da persistência e, até mesmo, do aprofundamento e ampliação da dominação masculina na conjuntura capitalista, mesmo com as conquistas das lutas feministas, que conseguiram transformar a opressão de gênero, em muitas ocasiões, em uma problemática alvo da intervenção pública corretiva (leia-se de direitos de cidadania e políticas sociais).

Tais razões fazem Mészáros (2011: 284) considerar que a liberdade substantiva das mulheres só pode se concretizar em outro tipo de sociedade, onde as lutas sociais caminhem para soluções efetivas e não apenas abstrato-formais.

Daí que não se pode desconectar a luta feminista dos atores progressistas tradicionais; os sindicatos e os partidos vinculados a classe trabalhadora, pois, a liberdade substantiva é um programa de longo prazo, que para se materializar necessita da ruptura com ordem capitalista, o que só pode ser feito pela intervenção política do proletariado, mediada pelas organizações que defendem os seus interesses.

Nesses termos, podemos dizer: a radicalidade da luta feminista depende também de sua capacidade de articulação com as lutas de classes mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos aqui, de maneira bastante sucinta, a complexa e tensa relação entre o Movimento e a Teoria Feminista e as questões econômico-políticas vinculadas a luta de classes. Como visto não foi possível construir uma problematização extensa que fosse suficientemente ampla para abarcar toda gama de variáveis que envolvem o assunto.

Obstante isso, foi possível identificar alguns fatores que sugerem uma conexão fundamental entre essas questões, dada pela transversalidade dos determinantes básicos da ordem capitalista. Todavia, o fato é que ainda faltam estudos (sobretudo empíricos) que avaliem melhor as relações que envolvem a dominação masculina, a cultura e a economia e que sejam capazes de realmente apontar (detalhadamente) os elementos responsáveis por estabelecer convergências entre essas determinações da vida social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C.. Dimensões da crise estrutural do capital. In: ANTUNES, Ricardo L. C.. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009a. 287p. (Mundo do trabalho.) ISBN 9788575934439. p. 31-93

_____. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ANTUNES, Ricardo L. C.. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009b. 287p. (Mundo do trabalho.) ISBN 9788575934439. p. 101-118

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista SER Social**, v. 10, n. 22, Brasília, 2008. p. 69-96. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18/15. Acesso em 18, fev., 2014.

EAGLETON, Terry. De onde vêm os pós-modernistas. In: MEIKSINS WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy (Org's.). **Em defesa da historia: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. 216 p. ISBN 85-7110-517-0. p. 23-32.

HOBSBAWM, Eric. La política de la identidad y la izquierda. **Debate feminista**, v. 7, Madrid, 2012. p. 114-125. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/lapoli694.pdf>. Acesso em 10 out., 2013.

_____. Revolução cultural. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 314-336

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatu (Org's.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152 p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3). Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf>. Acesso em: 17, mar., 2014.

KURZ, Robert. Dominação Sem Sujeito. In: **Revista Exit!**, p. 3-31, n. 2, v. 2, Berlim, 1994. Disponível em: <http://planeta.clix.pt/obeco/>. Acesso em 14 out., 2013.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura**. São Paulo: Rocco, 1994. p. 206-242

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>.

MARTINS, A. P.. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, SP, n.4/5, p. 135-156, 1997/1998. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Genero-e-Classe-Paula-Vosne.pdf>. Acesso em 14, jan., 2013

MÉSZÁROS, István. A liberação das mulheres – a questão da igualdade substantiva. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. rev. São

Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 1102 p. (Coleção Mundo do trabalho) ISBN 9788575591451.p. 267-310.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p. (Biblioteca básica de Serviço Social; 5) ISBN 9788524916724.

PAULO NETTO, José. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 176 p. ISBN9788524903946. p. 19-34

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, 2010. [online] 2010, vol. 18, n. 36, p. 15-23. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em 9 out., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SCHOLZ, Roswitha. Sobre as categorias valor e dissociação-valor. In: SCHOLZ, Roswitha. **O sexo do capitalismo: teorias feministas e metamorfose moderna do capital**. 2. ed. Lisboa: Primavera, 2011. 224 p. ISBN978-3-89502-311-8. p. 14-27. Disponível em: http://obeco.no.sapo.pt/livro_sexo_capitalismo.htm. Acesso em: 9, mar., 2013.

SOUZA GAMA, Andréa de. “Entre o trabalho e a família” – contradições das respostas públicas às reconfigurações da divisão sexual do trabalho. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de; MARTINS, Aline de Carvalho (Coord.). **Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. xviii, 186 p. ISBN 9788537508190. p. 95-114

THOMPSON, E.P. ¿Lucha de classes sin classes?. In: THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Critica, 1979. p. 32-63.

_____. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1987a.

_____. Padrões e experiências. In: THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. 347 p., V. 3, v. 2 (Coleção Oficina da História; 1). ISBN 852190391X p. 179-224

WOOD, Ellen Meikisins. Introdução – O que é a agenda pós-moderna?. In: WOOD, Ellen Meikisins; FOSTER, John Bellamy (Org's.). **Em defesa da história: marxismo e pos-modernismo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. 216 p. ISBN 85-7110-517-0. p. 7-22.

ŽIŽEK, Slavoj. Para além da coalizão arco-íris. In: ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 509 p. ISBN 9788575591246. p. 468-476